



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 22 DE JULHO DE 2010

ACTA Nº 04/2010

Aos vinte e dois dias do mês de Julho do ano de dois mil e dez, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a sessão extraordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência do Senhor João Manuel Moniz de Sousa, do Primeiro Secretário da Mesa Susana Maria Goulart Pereira da Costa e do Segundo - Secretário Anabela da Silva Calisto.

A sessão iniciou-se com a apresentação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de boas noites a todos os Membros da Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação, tendo procedido de seguida à verificação da presença dos seguintes membros: João Manuel Moniz de Sousa; Susana Maria Goulart Pereira da Costa; Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Cláudia Maria Medeiros Galego; Natália de Medeiros; Jorge Alberto Barbosa Almeida; Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro; Francisco Manuel Mendonça Vieira; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Rosa Maria Cabral Borges; Rodolfo Martins Marques da Silva; Norberto Carlos Cordeiro Ponte; Fernanda do Carmo Furtado Jesus Rocha Costa; Roberto Manuel Sousa Oliveira; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria; Anabela da Silva Calisto e Albertina Maria da Costa Oliveira.

Não compareceram à sessão os membros: Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Leonel da Rosa da Silveira; Gilberto Gouveia Branquinho; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges; André Carvalho Almeida e Pedro Miguel da Silva Monteiro.

Em representação do executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente da Câmara João António Ferreira Ponte que se fez acompanhar pelos Vereadores: Fernando Jorge Ventura Moniz; Rui Manuel Maciel Costa d' Oliveira Ramos; Marco Paulo da Silva Teixeira e Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado.

Pelo membro Vasco Garcia foi recebida comunicação, solicitando justificação da falta à sessão extraordinária de 22 de Julho de 2010.

A Mesa considerou justificada a falta.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal justificou a realização desta Sessão Extraordinária, face à necessidade de Declarar a Utilidade Pública, com vista à expropriação com carácter de urgência das parcelas de terreno 111 e 112 e de que é proprietária a Sociedade Porto dos Carneiros – Comércio, Investimentos Imobiliários, Restauração e Serviços, Unipessoal, Lda. que se revelam essenciais para a execução do projecto de infra-estruturas do loteamento do Tecnoparque, actualmente em curso.

A outra proposta apresentada de alteração de taxas, surge face à necessidade de criação de taxas municipais previstas em diploma legal, sobre o licenciamento e fiscalização das instalações de armazenamento e de abastecimento de combustíveis derivados do petróleo, que não estavam previstas no actual Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa (Açores), conforme tabela que se apresenta. E ainda, a alteração da Tabela V - Casos Especiais, com o aditamento de um novo número 11 que surge devido a uma nova situação referente à construção de estrumeiras ou depósitos específicos para armazenamento de matéria orgânica (nitreiras) e que era omissa no actual Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa (Açores).

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO Nº 1 - RESOLUÇÃO DE REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA:

Pela Câmara Municipal foi presente o processo acompanhado da Resolução de Requerer a Declaração de Utilidade Pública, cujo teor abaixo se transcreve:

“RESOLUÇÃO DE REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

A sociedade Portas da Lagoa, SA está a levar a efeito uma operação de loteamento urbano na zona do Pombal, desta vila.

Tal operação concretiza o plano de pormenor do Pombal, conforme se alcança da informação n.º 2010-20 op loteamento elaborada pelo Gabinete Técnico desta autarquia, em 20 de Abril do corrente ano, do qual se destaca:

“A concretização do Plano Pormenor do Pombal com a operação de loteamento, cumpre os parâmetros fixados no Quadro Anexo II do Regulamento do PP do Pombal, através do somatório dos valores nele estabelecidos e das prescrições da Planta de Implantação, quanto à dimensão dos polígonos base e à relação com o espaço público envolvente, mantém os usos fixados para cada um dos lotes, e é assegurada uma qualificada integração urbana e arquitectónica na frente edificada de rua ou quarteirão.”

O artigo 128º, n.º2, al. a) do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro) prevê a expropriação de terrenos por causa de utilidade pública da execução dos planos de ordenamento do território nos quais se integra o plano de pormenor.

A sociedade Portas da Lagoa, SA é participada em 49% pela EML – EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL E HABITAÇÃO SOCIAL DE LAGOA, E.M., (cujo capital social é integralmente pertença do município da Lagoa) sendo o remanescente do capital, das Portas da Lagoa SA, detido por privados em estreita cooperação na realização do interesse público.

De facto, aquela sociedade tem por objecto principal “promover a construção, a gestão e a exploração de áreas, equipamentos e infra-estruturas de desenvolvimento urbano e de construção prioritária no Concelho da Lagoa” no desenvolvimento do qual está a realizar no loteamento em causa um empreendimento designado “Tecnoparque” constituído por diversos equipamentos destinados a habitação, comércio, desporto e lazer e ao exercício de actividades técnicas e científicas de elevado valor acrescentado.

Este empreendimento, só por si e pela sua função estruturante para o desenvolvimento do concelho, constitui elemento caracterizador da utilidade pública e do interesse geral.

Acresce ao que fica, como ressuma do citado parecer que “o Plano Pormenor do Pombal tem como objectivo criar uma rede urbana hierarquizada que garanta um desenvolvimento local equilibrado e qualidade ambiental através de uma adequada estrutura do uso do solo, de um implícito conceito de ordenamento do território” e que “a sua execução tem-se vindo a concretizar com a realização das acções necessárias à sua implementação, nomeadamente pelo actual processo de operação de loteamento com obras de urbanização.”

As parcelas a cuja expropriação agora se resolve propor são indispensáveis à execução do loteamento por se situarem, ao menos em parte em arruamento projectado cuja construção não pode ser levada a efeito sem a aquisição das parcelas em causa.

As infra-estruturas do loteamento têm os projectos de execução aprovados e encontram-se já em execução tornando-se imperiosa a posse imediata das parcelas em causa para a continuação dos trabalhos em curso.

Acresce que as parcelas, a expropriar, seccionam quase na totalidade a Alameda do Tecnoparque, que constitui um dos eixos estruturantes do Plano de Pormenor.

Em conformidade com os relatórios de avaliação o montante dos encargos a suportar é de 137.300,00 € as quais têm cabimento orçamental na rubrica 0102-070101.

Nestes termos e ao abrigo do disposto nos artigos 10º do Código das Expropriações, 128º, n.º 2 al. a) do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, 64º, n.º 7, al. c) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e 14º, n.º 2 e 15º do Código das Expropriações, a Câmara Municipal da Lagoa deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal a declaração de utilidade pública, com carácter de urgência da expropriação das parcelas necessárias à execução do Projecto de loteamento Tecnoparque e que constam do mapa de expropriação com identificação dos bens a expropriar, dos proprietários e demais interessados conhecidos que se aprovou e anexa.”

A Assembleia Municipal, com os fundamentos da proposta apresentada pela Câmara Municipal e acima transcrita, com os quais concordou, deliberou, por unanimidade, dos vinte membros presentes:

1º) Declarar a utilidade pública da expropriação das seguintes parcelas:

1ª: Prédio rústico com a área de 1 600 m2, sito na freguesia do Rosário, Concelho da Lagoa (Açores), descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1202/19900710 e inscrito na matriz sob o artigo 112, secção O, da freguesia do Rosário e a confrontar Norte: Francisco Carreiro; Sul: João José Carreiro; Nascente: Teresa Fortunato Velho e Poente: Servidão e de que é proprietária a Sociedade Porto dos Carneiros – Comércio, Investimentos Imobiliários, Restauração e Serviços, Unipessoal, Lda.;

2ª: Prédio rústico com a área de 1 480 m2, sito na freguesia do Rosário, Concelho da Lagoa (Açores), descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1389/19920219 e inscrito na matriz sob o artigo 111, secção O da freguesia do

Rosário e a confrontar Norte e Nascente: José Caetano de Jesus; Sul: José de Brum e Poente: Canada e de que é proprietária a Sociedade Porto dos Carneiros – Comércio, Investimentos Imobiliários, Restauração e Serviços, Unipessoal, Lda.;

2º) Atribuir à expropriação carácter de urgente;

3º) Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, nos termos do nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 2 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DE TAXAS CONSTANTES DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA (AÇORES):

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração de Taxas constantes do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa (Açores), cujo teor abaixo se transcreve:

“Por força do regime consagrado pelo Decreto-Lei nº 267/2002, de 26 de Novembro, na sua actual redacção, compete às Câmaras Municipais, o licenciamento e fiscalização das instalações de armazenamento e de abastecimento de combustíveis derivados do petróleo, designadamente gasosos (propano e butano), o licenciamento e fiscalização de postos de abastecimento de combustíveis não localizados nas redes viárias regional e nacional e a autorização para a execução e entrada em funcionamento das redes de distribuição, objecto do Decreto-Lei n.º 125/97, de 23 de Maio, quando associadas a reservatórios de GPL, com capacidade inferior a 50m³. O artigo 22.º, do referido diploma legal, tipifica os actos sujeitos a pagamento de taxas, remetendo a sua fixação para regulamento municipal.

Actualmente, o Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa (Açores) apenas prevê taxas referentes ao licenciamento de instalações de armazenamento de combustíveis gasosos derivados de petróleo.

Assim, propõe-se a criação de taxas municipais para os restantes actos, previstos no referido diploma legal.

Propõe-se, portanto, que as taxas sejam calculadas em função da capacidade das instalações, medidas em m³.

O valor de TB é de €100,00, sendo o seu valor anualmente actualizável.

Aplica-se, por analogia, a indicação da base de incidência objectiva e subjectiva, o valor/fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar e a fundamentação económica e financeira utilizado na tabela das taxas respeitantes aos parques de armazenamento

de garrafas de GPL, constante no relatório de análise do suporte à fundamentação económico-financeira da matriz de taxas do município de Lagoa - Açores.

Assim, propõe-se a alteração da tabela XVIII, do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa (Açores) referente a pedidos de Autorização ou Licença de instalações previstas em Legislação Específica, designadamente com a adição de um novo ponto, o n.º 3, que ficará com a redacção da tabela em anexo à presente proposta.

O Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa prevê, na Tabela V, o pagamento de uma taxa para os casos de construção de piscinas, tanques, não considerados de escassa relevância urbanística e outros recipientes destinados a líquidos ou sólidos.

Contudo, é omissa quanto aos casos referentes à construção de estrumeiras ou depósitos específicos para armazenamento de matéria orgânica (nitreiras).

Assim, propõe-se um aditamento à tabela V, anexa ao referido Regulamento, com o aditamento de um novo número 11 para os casos especiais de construção de estrumeira ou depósitos específicos para armazenamento de matéria orgânica (Nitreiras).

Assim, a referida Tabela passará a ter a seguinte redacção:

TABELA V
Casos Especiais

- 1 -
- 2 -
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -
- 11 - Construção de estrumeira ou depósitos específicos para armazenamento de matéria orgânica (Nitreiras):
 - a) Por metro cúbico ou fracção - 1,00 €."

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com quatro abstenções dos membros: Cláudia Galego; Francisco Vieira; Rosa Borges e Roberto Oliveira dos vinte membros presentes:

1º Aprovar a proposta apresentada de alteração de Taxas constantes do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa (Açores), conforme previsto na alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. O membro Francisco Vieira apresentou à Mesa a Declaração de Voto subscrita pelos membros: Cláudia Galego; Francisco Vieira e Rosa Borges, a qual foi lida pelo Presidente da Assembleia que abaixo se transcreve e se anexa à presente acta:

“DECLARAÇÃO DE VOTO

Sobre o assunto em apreço, **Alteração de Taxas Constantes do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa**, o PSD Lagoa declara o seguinte:

Concordando com a proposta relativa às taxas aplicáveis às nitreiras, lamentamos o facto de não se ter aproveitado esta oportunidade para proceder a uma alteração mais profunda no Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa, nomeadamente no que concerne ao licenciamento e às taxas referentes à construção e uso de tanques e outros recipientes destinados a líquidos ou sólidos relacionados com a agricultura.

Do mesmo modo, lamentamos o facto de não se ter incluído nesta revisão uma proposta oriunda do PSD que pretendia promover uma redução de 50% das taxas de ocupação sazonal do espaço público, normalmente utilizado pela restauração, sobretudo numa altura de crise no sector.

Assim, pelos motivos acima apresentados vamo-nos abster nesta decisão, dado que, do nosso ponto de vista, trata-se de uma oportunidade que poderia ser complementada numa perspectiva de prever e antecipar situações futuras.”

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte horas e cinquenta e cinco minutos, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal que agradeceu a presença de todos e desejou umas Boas Férias a todos os presentes, o

que lhe foi igualmente retribuído por todos e para constar foi lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada será assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

O SEGUNDO SECRETÁRIO
